

O regime militar - I

Você certamente já ouviu a expressão “regime militar”. Ela se refere ao período que se iniciou com o golpe de 1964 e que continuou, em sucessivos governos chefiados por militares, até 1985, quando o poder retornou aos civis. A expressão “regime militar” significa que as Forças Armadas, nesses 21 anos, estiveram no controle do poder político no Brasil.

Já tivemos ocasião de conhecer, neste curso, diversos episódios em que os militares intervieram no processo político por meio de golpes de Estado. O ano de 1964 representa, no entanto, um marco na história política do Brasil, pois os militares não apenas assumiram, como permaneceram no poder.

Compreender por que isso ocorreu, e conhecer o que se passou no país durante esse longo período, é o objetivo desta e da próxima aula.

Abertura

A implantação do regime autoritário

Os militares envolvidos no golpe de 1964 justificaram sua ação afirmando que o objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e deter a “ameaça comunista” que, segundo eles, pairava sobre o Brasil.

Uma idéia fundamental para os golpistas era que a principal ameaça à ordem capitalista e à segurança do país não viria de fora, por meio de uma guerra tradicional contra exércitos estrangeiros. A ameaça viria de dentro do próprio país, com brasileiros que atuavam como “inimigos internos”, para usar uma expressão da época.

Esses “inimigos internos” procurariam atingir seu objetivo – que seria a implantação do comunismo no país pela via revolucionária – por meio da “subversão” da ordem existente. Daí serem chamados, pelos militares, de “subversivos”.

Diversos exemplos internacionais, como as guerras revolucionárias ocorridas na Ásia, na África e principalmente em Cuba, com Fidel Castro, serviam para reforçar essa visão de mundo. Ela estava na base da chamada **doutrina de segurança nacional** e das teorias de “guerra anti-subversiva” ou “anti-revolucionária” ensinadas nas escolas superiores das Forças Armadas.

Os militares que assumiram o poder em 1964 acreditavam que o regime democrático que vigorara no Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, havia se mostrado incapaz de deter a “ameaça comunista”. Deu-se início, então, à implantação de um regime político marcado pelo **autoritarismo**,

Movimento

Pausa

isto é, um regime político que privilegiava a **autoridade** do Estado em relação às liberdades individuais, e o Poder Executivo em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

Em aulas anteriores, você tomou conhecimento de como se governa nos regimes democráticos. Os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – têm pesos importantes no funcionamento do governo.

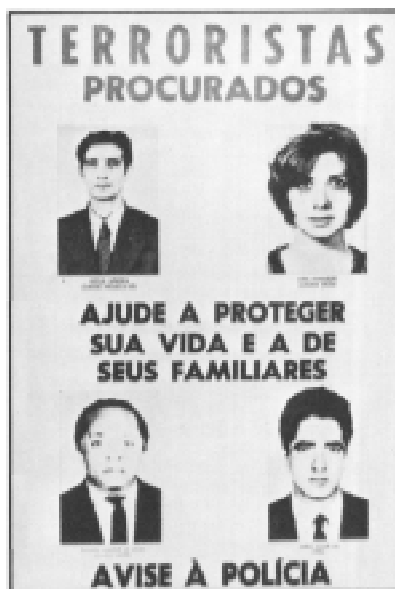
Volte às aulas anteriores para perceber a diferença entre a forma democrática de governar e a que você está conhecendo agora.

Logo após a derrubada do governo Goulart, foi organizada uma junta militar que tinha como “homem forte” o general Artur da Costa e Silva. Essa junta se autodenominou **Comando Supremo da Revolução** e permaneceu duas semanas no poder.

Nesse período, foi baixado um **Ato Institucional**, uma invenção do governo militar que não estava prevista na Constituição de 1946 nem possuía fundamentação jurídica. Seu objetivo era apenas justificar os atos de exceção que se seguiram.

Houve muitas prisões de pessoas ligadas à esquerda ou vistas pelos militares como “subversivas”. Surgiram acusações de tortura em diversos pontos do país.

Cartaz com retrato de terroristas procurados (à esquerda) e repressão policial nas ruas (à direita).



Ao longo do mês de abril de 1964 foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Esses inquéritos, chefiados em sua maioria por coronéis, tinham o objetivo de apurar atividades consideradas subversivas pelo Estado.

Inúmeras pessoas foram atingidas em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos, civis e militares foram demitidos ou aposentados.

Entre os cassados, encontravam-se personagens que ocuparam posições de destaque na vida política nacional, como João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. No decorrer do regime militar, seriam cassados também Juscelino Kubitschek, Ademar de Barros e Carlos Lacerda.

Os políticos mencionados permaneceram de forma viva em nossa história política. Você sabe dizer quem são eles? Faça este exercício pesquisando as aulas anteriores.

No dia 15 de abril de 1964, assumiu a presidência da República o general Humberto de Alencar Castelo Branco, que havia sido eleito indiretamente, dias antes, por um Congresso já bastante afetado pelas cassações. Além de conseguir o consenso das Forças Armadas e de boa parte da sociedade civil, Castelo Branco contava também com o apoio de diversos governadores civis e importantes empresários. O novo presidente assumia o poder prometendo o retorno do país à normalidade democrática e a retomada do crescimento econômico.

A nova política econômica e as divisões entre os militares

Na área econômica, o governo Castelo Branco lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujo objetivo principal era o combate à inflação. Para isso, o governo reduziu o déficit do setor público, diminuiu o crédito para o setor privado e comprimiu os salários. Outras medidas importantes foram a criação da correção monetária, do Banco Nacional de Habitação (BNH), e a renegociação da dívida externa.

Quanto à política salarial, a estabilidade no emprego foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O governo conseguiu derrubar as taxas de inflação e preparar o país para o crescimento econômico dos anos seguintes. Isso foi facilitado pela adoção de medidas duras na área econômica, especialmente para a classe trabalhadora.

Desde o início do regime militar, podia-se perceber uma divisão entre dois grupos de militares. Havia aqueles que defendiam medidas mais radicais no combate à “subversão” e a continuidade dos militares no poder por tempo indeterminado. Mas havia também os que pregavam o retorno à normalidade política e jurídica, bem como a devolução do poder aos civis em um futuro próximo. O primeiro grupo, mais radical, ficou conhecido como a “linha dura”. Esse grupo se aglutinou em torno do ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva. O outro grupo, mais moderado, permanecia próximo ao presidente Castelo Branco. Incluía militares que participavam do governo, como Ernesto Geisel, Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva.

Castelo Branco, no início de seu governo, deu alguns sinais importantes de que pretendia cumprir, ao menos em parte, suas promessas de fazer retornar o país à normalidade política. Os poderes de exceção previstos no Ato Institucional, como a cassação de mandatos de parlamentares e de direitos políticos, e a demissão de servidores públicos, deveriam durar apenas alguns meses. Castelo Branco cumpriu esses prazos, apesar dos pedidos da linha dura para que eles fossem prorrogados. Além disso, foram mantidas as eleições diretas previstas para os governos de onze Estados. As eleições foram realizadas em 3 de outubro de 1965, apesar da oposição da “linha dura”.

Nessas eleições, candidatos opositoristas venceram nos Estados mais importantes. Foi o caso do então Estado da Guanabara, com Negrão de Lima, e de Minas Gerais, com Israel Pinheiro. Considerando as vitórias da oposição uma ameaça para o governo, a “linha dura” passou a pressionar o presidente Castelo Branco no sentido de um maior fechamento do regime. O ministro da Guerra

Costa e Silva tornou-se porta-voz dos oficiais mais radicais, chegando a criticar publicamente as eleições.

O processo culminou na promulgação de um novo ato institucional, batizado como **AI-2**. O novo ato estabelecia eleições indiretas para presidente, que seriam realizadas por um colégio eleitoral formado por deputados e senadores, e reabria o processo de cassações de mandatos e de suspensão de direitos políticos.

Os partidos políticos foram extintos. Em lugar do **pluripartidarismo** – sistema que permitia a existência de diversos partidos políticos –, surgiu no Brasil o **bipartidarismo**, com a criação de apenas dois partidos: de um lado, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo; de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição.

O retorno à normalidade democrática prometido por Castelo Branco tornava-se, dessa forma, mais distante.

O fechamento do regime

Pelo que estamos vendo, a “linha dura” militar foi aumentando sua influência no interior do regime. Uma decorrência disso foi a vitória da candidatura de Costa e Silva à presidência da República, mesmo não sendo essa a opção desejada pelo presidente Castelo Branco e pelos oficiais a ele ligados.

Em 15 de março de 1967, Costa e Silva assumiu a presidência, após ter sido eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. O segundo presidente do regime militar prometeu, também, restabelecer a ordem jurídica e retomar o desenvolvimento.

Os anos de 1967 e 1968 foram de intensa radicalização política. Do lado do governo, houve um aumento do aparato repressivo, tendo setores das Forças Armadas assumido funções antes reservadas à polícia. Novos órgãos de informação e repressão foram criados.

O sistema político reduziu extremamente a voz da oposição dentro do governo. A oposição ao regime passou a ser manifestada por meio de diversos movimentos sociais. Houve uma tentativa de reorganização do movimento operário, com greves nas cidades industriais de Contagem (MG) e Osasco (SP), as primeiras desde o início do regime militar.

Surgiu também, de forma cada vez mais clara, uma **ala progressista** da Igreja católica. Essa parte do clero, embora minoritária no interior da Igreja, apelava pela não-violência e denunciava a falta de liberdade no país.

Em 1967 e, principalmente, em 1968, o movimento estudantil atingiu o ponto mais alto de oposição ao regime militar, realizando diversas manifestações de protesto e passeatas. Em um desses eventos, ocorrido em março de 1968, no centro da cidade do Rio de Janeiro, a repressão da Polícia Militar resultou na morte do estudante Édson Luís de Lima Souto. Seu enterro e sua missa de sétimo dia reuniram multidões e foram duramente reprimidos pela polícia.

Mesmo assim, a oposição não retrocedeu. Em seguida, o Rio de Janeiro foi palco dos maiores atos públicos até então realizados contra o regime militar: a Passeata dos 100 Mil, em junho, e a Passeata dos 30 Mil, em julho.

O governo reagiu, proibindo todas as passeatas e aumentando a repressão. O processo de “endurecimento” do regime culminou com o Ato Institucional nº 5, o **AI-5**, baixado na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. Esse ato, o mais duro de todo o período, conferia poderes quase absolutos ao presidente da República.

Os “anos de chumbo”

O AI-5 abriu caminho para uma maior utilização do aparelho repressivo. A censura atingiu pesadamente a imprensa, que não podia mais divulgar notícias consideradas “indesejáveis” pelo governo.

O Congresso foi novamente expurgado, em mais uma onda de cassações, e o Poder Judiciário também foi atingido. As forças policiais estaduais passaram ao controle do Ministério da Guerra.

Com o AI-5, as possibilidades de oposição se tornaram muito difíceis. O Brasil entrou num dos períodos de maior falta de liberdade política de sua história contemporânea.

Nessa conjuntura, uma parte dos movimentos de esquerda viu na **luta armada** a única alternativa possível de enfrentamento do regime militar. Surgiu uma guerrilha urbana, dividida em diversas organizações.

Os guerrilheiros conseguiram levar a cabo diversas ações que desafiaram o governo, como assaltos a banco, roubos de armas e seqüestros de aviões e de diplomatas estrangeiros, que seriam trocados por presos políticos.

A escalada das ações guerrilheiras coincidiu com um aparente momento de crise no regime militar, ocasionado pelo afastamento de Costa e Silva da presidência da República, em agosto de 1969, por problemas de saúde. Em seu lugar, assumiu uma junta militar que governou o país por dois meses. Ao final de longas deliberações, o Alto Comando das Forças Armadas escolheu o general Emílio Garrastazu Médici para ocupar a presidência.

O novo governo intensificou a luta contra a guerrilha, de modo que, em pouco mais de um ano, os principais grupos envolvidos na luta armada foram derrotados. Diversos de seus líderes, como o ex-deputado Carlos Marighella e o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, foram mortos. Uma última tentativa de guerrilha ocorreria mais tarde na região do rio Araguaia, sendo finalmente derrotada, no início de 1974.

O período que se seguiu ao AI-5 ficou conhecido, como “anos de chumbo”, não apenas devido ao fato de ocorrerem confrontos armados entre pequenos grupos guerrilheiros e forças policiais e militares, nos quais ocorreram mortes de ambos os lados, mas principalmente em uma alusão à falta de liberdade política e à repressão que atingiu um setor muito mais amplo da sociedade brasileira do que aquele envolvido na luta armada. A repressão desencadeada pelo governo resultou em prisão de opositores do regime, tortura e desaparecimento de pessoas.



Presidente Costa e Silva.

Para você compreender melhor o que se passou no Brasil nesse período vale verificar a situação política da América Latina, nessa mesma ocasião. Procure também se informar, ler sobre o confronto EUA-URSS, a chamada “Guerra Fria”, bem como obter informações sobre o movimento estudantil de contestação aos governos, particularmente o da França em 1968.

Em tempo



Propaganda política.

O “milagre econômico” e o ufanismo

Enquanto isso, ocorria, na área econômica, aquilo que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”. A inflação permaneceu controlada e a economia cresceu em níveis elevados. A euforia tomou conta do mercado financeiro. Para acelerar o desenvolvimento do país, o governo investiu pesadamente em diversas obras de impacto, como a construção da rodovia Transamazônica e o início da construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Aproveitando o sucesso do campo econômico, que situou o país como 8ª economia do mundo, o regime militar promoveu manifestações ufanistas, isto é, que vangloriavam as riquezas e as realizações nacionais e apelavam para o sentimento patriótico. O tricampeonato de futebol conquistado pelo Brasil na Copa do Mundo de 1970, realizada no México, também foi utilizado pelo governo para promover a imagem de um “Brasil Grande”.

Últimas palavras

Acompanhamos, nesta aula, os dez primeiros anos do regime militar, que vão de março de 64 até o fim do governo Médici, no início de 1974. Vimos a ascensão, no interior do regime, da “linha dura” e a forte repressão sofrida pela oposição. Falamos, também, das ações de guerrilha desencadeadas pelos opositores do regime. Verificamos que ao mesmo tempo em que o país vivia um dos períodos de maior fechamento político de sua história, a economia crescia aceleradamente. Neste contexto, o governo investiu na propaganda ideológica. Na próxima aula, iremos acompanhar os dez anos finais do regime militar, até seu encerramento em 1985.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **A implantação do regime autoritário** e explique de que maneira os militares procuraram justificar a implantação de um regime autoritário no país.

Exercício 2

Dê um novo título ao item **Os “anos de chumbo”**.

